



Rodrigo Gaspar de Mello

**A Censura Judicial como Meio de  
Restrição da Liberdade de Expressão**  
**Análise Comparativa da Jurisprudência da Corte  
Interamericana de Direitos Humanos, da Corte  
Suprema de Justiça da Nação argentina e do  
Supremo Tribunal Federal**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientador: Prof. Fábio Carvalho Leite

Rio de Janeiro

Março de 2012



Rodrigo Gaspar de Mello

**A Censura Judicial como Meio de  
Restrição da Liberdade de Expressão**  
**Análise Comparativa da Jurisprudência da Corte  
Interamericana de Direitos Humanos, da Corte  
Suprema de Justiça da Nação argentina e do  
Supremo Tribunal Federal**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Prof. Fábio Carvalho Leite**

orientador

Departamento de Direito – PUC-Rio

**Prof<sup>a</sup>. Caitlin Sampaio Mulholland**

Departamento de Direito – PUC-Rio

**Prof. Gustavo Sampaio Telles Ferreira**

Faculdade de Direito – Universidade Federal  
Fluminense

**Prof<sup>a</sup>. Mônica Herz**

Vice-Decana de Pós-Graduação do Centro de  
Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 29 de março de 2012

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização do autor, do orientador e da universidade.

## **Rodrigo Gaspar de Mello**

Graduou-se na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 5 de dezembro de 1995, tendo obtido o título de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Atuou como advogado e procurador federal e foi membro da Ordem dos Advogados do Brasil e da Advocacia-Geral da União. É juiz federal desde novembro de 2007.

### Ficha Catalográfica

Mello, Rodrigo Gaspar de

A Censura Judicial como Meio de Restrição da Liberdade de Expressão. Análise Comparativa da Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, da Corte Suprema de Justiça da Nação argentina e do Supremo Tribunal Federal/Rodrigo Gaspar de Mello; orientador: Fábio Carvalho Leite. – Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Direito, 2012.

154 fls.; 29,7 cm

1. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito.

Inclui referências bibliográficas

1. Direito – teses. 2. Liberdade de expressão. 3. Meios de restrição. 4. Censura judicial. 5. Análise jurisprudencial. 6. Corte Interamericana de Direitos Humanos, Corte Suprema de Justiça da Nação (argentina) e Supremo Tribunal Federal. I. Leite, Fábio Carvalho. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Direito. III. Título.

CDD: 340

À Debora: “*Você tinha razão!*”;

À Giuliana, para que, como seus pais, persevere sempre no melhor caminho: o caminho dos estudos;

Aos meus avós Narciso Pinheiro Filho e a Cinira de Mello Pinheiro, *in memoriam*;

Aos juízes federais do Brasil e a todos os que cumprem o seu dever sem esperar qualquer reconhecimento.

## Agradecimentos

Ao Professor Fábio Carvalho Leite pelas proveitosas aulas e ensinamentos compartilhados sobre os direitos fundamentais, a liberdade de expressão e a jurisdição constitucional e também pela valiosa e indispensável orientação na elaboração deste trabalho.

Aos Coordenadores, Professores e Secretários do Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro pela generosa acolhida e pelos ensinamentos ministrados.

À Turma de Mestrado de 2010 pelo prazer do convívio acadêmico, pelos debates em sala de aula e pela possibilidade de enriquecimento intelectual conjunto.

## Resumo

Mello, Rodrigo Gaspar de; Leite, Fábio Carvalho. **A Censura Judicial como Meio de Restrição da Liberdade de Expressão – Análise Comparativa da Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, da Corte Suprema de Justiça da Nação argentina e do Supremo Tribunal Federal**. Rio de Janeiro, 2012, 154p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O poder judiciário é o principal agente da censura, atualmente, no direito brasileiro. Apesar de a Constituição e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos reconhecerem a liberdade de expressão como direito fundamental e a proibição da censura como garantia absoluta desse direito, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal vem admitindo e cancelando a imposição deste grave meio de restrição à manifestação do pensamento por juízes e tribunais. Nesta dissertação, procurou-se verificar se é legítima a possibilidade de o poder judiciário proibir a manifestação do pensamento em caso de violações à honra ou à privacidade. Estudou-se a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, da Corte Suprema da Nação e do Supremo Tribunal Federal sobre o tema da censura judicial a fim de verificar o que esses tribunais efetivamente entendem por censura e, ainda, se consideram legítima a sua imposição pelo poder judiciário. Considerando que a censura caracteriza a completa supressão da liberdade de expressão, foram identificados e comparados os *standards* normativos e padrões argumentativos adotados pelas referidas cortes nos julgamentos de casos que envolviam a proibição da livre manifestação do pensamento. Promoveu-se também um estudo dos fundamentos da liberdade de expressão e uma crítica à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a respeito da possibilidade de imposição de censura por meio de decisão do poder judiciário.

## Palavras-chave

Liberdade de expressão; meios de restrição; censura judicial; poder judiciário; jurisprudência interamericana, brasileira e argentina.

## Abstract

Mello, Rodrigo Gaspar de; Leite, Fábio Carvalho(Advisor). **Judicial Censorship as a Limitation of the Freedom of Expression – Comparative Analysis of the Inter-American, Argentinian e Brazilian Legal Framework**. Rio de Janeiro, 2012, 154p. MSc. Dissertation – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Nowadays, the judicial branch is, in the Brazilian legal system, the most important source of censorship. Despite the recognition of freedom of expression as a fundamental right by the Brazilian Constitution and the Inter-American Convention of Human Rights and the complete prohibition of imposing censorship as a way to enforce freedom of expression, the Brazilian Supreme Court (Federal Supreme Court) has been ruling as according to the law the decisions made by inferior courts imposing censorship. One of the aims of this dissertation is to verify if it is legitimate that judges impose censorship in case expressions violate the honor or the privacy of others. The decisions taken by the Inter-American Court of Human Rights, the Supreme Court of the Argentinian Nation and the Brazilian Federal Supreme Court about judicial censorship were studied and described to check how they interpret the norms about it, what exactly they consider censorship and if they agree with it when imposed by judges as according to the law. Considering that censorship means the complete suppression of freedom of expression, the dissertation identified and compared the normative standards and the legal argument patterns adopted by these courts when ruling about cases involving the prohibition of free speech. In addition, the dissertation went through a study of the ground and philosophical foundations of the freedom of expression and a critical analysis of the Brazilian Federal Supreme Court rulings regarding censorship decisions taken by judicial branch members.

## Keywords

Freedom of expression; limitations; judicial censorship; supreme court decisions; Inter-American, Brazilian and Argentinian legal framework.

# Sumário

1. Introdução. Os objetivos e os limites do trabalho	11
2. Censura Judicial e Liberdade de Expressão	14
2.1. Os fundamentos da liberdade de expressão	14
2.2. A censura como meio de restrição da liberdade de expressão	25
2.3. A censura judicial	35
2.4. Que direitos fundamentais delimitam a liberdade de expressão?	37
2.5. Censura judicial e direito vigente	40
3. A Censura Judicial na Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos	47
3.1. As duas dimensões da liberdade de expressão e o padrão democrático: fundamentos da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos	50
3.1.1. As duas dimensões da liberdade de expressão	52
3.1.2. O padrão democrático	57
3.2. A censura prévia como supressão radical da liberdade de expressão	60
3.2.1. A proibição de censura à exibição de filmes	65
3.2.2 A proibição da censura à publicação de livros	69
3.3. A exceção à proibição de proibir a manifestação do pensamento	74
3.4. A proibição absoluta da censura prévia: direito vigente no sistema interamericano	77
4. A Censura Judicial na Jurisprudência da Corte Suprema de Justiça da Nação Argentina	79
4.1. A Constituição da Nação Argentina, a Corte Suprema de Justiça da Nação e o controle de constitucionalidade	79
4.2. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos e sua integração ao bloco de constitucionalidade no ordenamento constitucional argentino	81



4.3. A Constituição argentina e os dispositivos que tratam da liberdade de expressão	86
4.4 A censura judicial e a jurisprudência da Corte Suprema de Justiça da Nação	88
4.4.1. Caso Horacio Verbitsky	88
4.4.2. Caso Servini de Cubría	91
4.4.3 Caso Diego Maradona	101
4.5. A censura judicial: os <i>standards</i> normativos e os padrões argumentativos identificados na jurisprudência da Corte Suprema de Justiça da Nação	107
5. A Censura Judicial na Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	111
5.1. A liberdade de expressão e a censura: debates constituintes e dispositivos constitucionais	111
5.2. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos e sua posição hierárquica no ordenamento jurídico brasileiro	117
5.3. A censura judicial e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	125
5.3.1. caso Globo <i>versus</i> Garotinho (Petição nº 2.702)	125
5.3.2. caso Lei de Imprensa (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 130)	131
5.3.3. caso Sarney <i>versus</i> O Estado de São Paulo (Reclamação nº 9.428)	134
5.4. A censura judicial: os <i>standards</i> normativos e os padrões argumentativos identificados na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	141
6.Conclusão	143
7. Referências bibliográficas	150

“Não há nenhuma falsa doutrina que não contenha algo verdadeiro”; *Quaestionibus evangelii* 2, 40.

Santo Agostinho